

INVESTIGAÇÃO DE CAMPO NUMA ESCOLA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – MAPA DE SITUAÇÃO E DIFICULDADES

FIELD INVESTIGATION IN AN INCLUSIVE EDUCATION SCHOOL – SITUATION
AND DIFFICULTIES MAP

Sirleide da Silva Rodrigues¹

RESUMO: É um artigo que refere a uma investigação de campo numa escola municipal de Petrolina-PE com respectivo contexto de como é aplicada a educação inclusiva com propósito de investigar as dificuldades tanto da escola, professor e aluno. Como método foi realizada perguntas e análise do trabalho da escola na perspectiva da inclusão tanto de forma geral como de forma específica. Assim o resultado visto com principal dificuldade e problema encontra a falta de formação para professores da sala regular, obtendo conclusão de uma inclusão escolar superficial.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Inclusão. Formações.

ABSTRACT: It is an article that refers to a field investigation in a municipal school in Petrolina-PE with the respective context of how inclusive education is applied in order to investigate the difficulties of both the school, teacher and student. As a method, questions and analysis of the school's work were carried out from the perspective of inclusion both in general and in a specific way. Thus, the result seen as the main difficulty and problem is the lack of training for teachers in the regular classroom, reaching the conclusion of a superficial school inclusion.

Keywords: Inclusive education. Inclusion. Training.

1-INTRODUÇÃO

É um texto visando sobre o trabalho da escola na perspectiva da inclusão tanto de forma geral, como de forma específica, com os alunos com necessidades especiais. Segundo a legislação brasileira (LDBEN 9394/96) garante os direitos da inclusão desses alunos e por sua vez que, é diante das escolas que ocorre um maior desenvolvimento para esses alunos de necessidade especial possam se socializar, desenvolver suas capacidades pessoais e aprimorar sua inteligência emocional por meio da inclusão escolar.

Por meio dessa busca, visto que, o Brasil ainda não tem preparação considerável na área da educação especial, falta muito se estruturar em recursos e especialização nessa área

¹Graduação em gestão ambiental pela Faculdade Educacional da Lapa (2020). cursando letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é técnico em manutenção de celular. E-mail: cirleidesilva2011@hotmail.com.

para ocorrer uma inclusão e aprendizado relevante. Assim essa pesquisa procura identificar e descrever a inclusão em uma instituição de ensino e ver as possíveis dificuldades que a escola e professores enfrentam para que ocorra uma boa inclusão escolar, como também o que o aluno tem de barreiras nesse ensino.

Diante de tudo, essa pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede de ensino público, onde foi feito perguntas ao professor de Língua Portuguesa sobre a respectiva inclusão na aula de Língua Portuguesa e no modo geral da instituição.

Fundamentada em perspectiva da inclusão escolar, utilizei como referencial teórico as leis: decreto 7.611 da Legislação Federal Brasileira; Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 art. 28, item III; Lei Brasileira de Inclusão artigo 3º, item XIII; Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996 e Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015).

2-Breve referencial teórico

2.1-Sistema educacional inclusivo

O sistema educacional inclusivo é o conjunto de atividades pedagógicas que garante que todos os alunos aprendam juntos, independente das dificuldades e das diferenças que apresentam.

No decreto 7.611 da Legislação Federal Brasileira declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.

2.2-Adaptação

Sobre a adaptação institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) da Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 art. 28, item III:

Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (BRASIL, 2015, art. 28).”

A princípio os alunos com deficiência não são incluídos nos ensinos caso não adote medidas que ele se inclui, sendo assim medidas adaptativas, pois é precisa dar condições de

acesso e permanência no ensino, havendo socialização e que ocorra realmente o aprendizado. Todavia o aluno tem que ter acesso ao currículo escolar e condições de igualdade favorecendo que aprendam significativamente. Contudo a escola deve adaptar atividades para alunos com deficiência.

2.3- Profissional de apoio escolar

A Lei Brasileira de Inclusão impõe a oferta de profissional de apoio escolar. Conforme o artigo 3º, item XIII, esse profissional:

É a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência, atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, art.3).

2.4- Formação

A Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996 definiu que os sistemas de ensino devem oferecer formação aos docentes, oferecendo uma educação de qualidade aos alunos com deficiências: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

984

2.5- Acessibilidade

Conforme a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acessibilidade é a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, Lei nº 13.146).

3- METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa foi realizada perguntas e análise do trabalho da escola na perspectiva da inclusão tanto de forma geral, como de forma específica, com os alunos com necessidades especiais, como referência a escola municipal na cidade de Petrolina-PE. Tem como ensino regular do ensino fundamental II, turmas do 6º ao 9º ano, turno matutino, vespertino do 6º ao 9º ano e no noturno o EJA fundamental. Sendo assim que recebe alunos da comunidade local que mora dentro da comunidade ou no interior.

3.1- Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados foi ocorrida com o professor de Língua Portuguesa, sendo que a direção não se encontrava no ato da entrevista, com isso a secretária não dispôs o Projeto Político-Pedagógico, os documentos de referência da rede ensino, como também o professor não disponibilizou o plano de aula.

Assim o professor dispôs a coleta de informações necessárias das perguntas desenvolvidas. Mas precisou de mais detalhes e materiais que não foi disponibilizado diante da pesquisa. A coleta foi ocorrida por eu mesma no dia 01 de outubro de 2021.

3.2- Instrumento

O instrumento da pesquisa foi realizado questionários e análise do ambiente escolar e transporte. Sobre o questionário vejamos a seguir:

- Há, na escola, a valorização da inclusão social de forma ampla? O que a escola faz para promover a inclusão?

- Há alunos com necessidades especiais na escola e em sua sala? Quais necessidades? Usa transporte escolar?

- O que a escola faz para incluir esses alunos e desenvolver suas habilidades e competências?

- Como é o trabalho de língua portuguesa com esses alunos?

- Quais são as barreiras de aprendizagem desses alunos?

- Quais dificuldades o/a professor/a de língua portuguesa enfrenta?

- A rede de ensino promove formações para professores de língua portuguesa para área da inclusão?

4- Resultados

Nessa instituição têm alunos com deficiência física e intelectual, sendo também alunos que utiliza transporte escolar. Com isso a escola solicita ao Núcleo de Atendimento aos portadores de Necessidades Especiais da Secretaria de Educação um apoio educacional para auxiliá-los na escola, mas que nem todos recebem o apoio educacional, mesmo contendo o laudo médico, portanto esse apoio seria de relevância importância para o aprendizado dos mesmos.

Nessa escola José Cícero faz o uso da valorização da inclusão social diante da forma ampla. Portanto de forma em que, promove a semana da inclusão do dia 15 a 21 de setembro, na data que se comemora o dia da pessoa com deficiência (21 de setembro).

Essa semana já é promovido de forma em geral pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Petrolina, mas diante dessa data, a escola promove atividades de forma interdisciplinar.

Perante essa semana tem o dia em que esses alunos e pais têm sua participação no evento da Secretaria de Educação, mostrando os talentos dos alunos especiais juntamente com colegas de sala de aula regular, assim como acontece também palestras sobre inclusão.

Sobre o trabalho do professor de Língua Portuguesa, trabalha normalmente as atividades, segundo ele, em algumas salas não tem dificuldades em relação ao ensino sobre esses alunos, por tratar somente de alunos com deficiência física, mas no caso deficiência intelectual não sabe como fazer para incluir relativamente esses alunos. Principalmente quando se trata em adaptar atividades, por consequência de não ter formação devida para cada deficiência específica, sobretudo quando se trata de alunos autistas, deficiências múltiplas, intelectuais etc. Portanto a secretaria de educação não tem preparação e formações para os professores de ensino regular para que tenha em base de como fazer a adaptação das atividades para respectiva deficiência, como também há falta de apoio e articulação entre o professor de aula regular e professor de AEE.

Contudo, diante da entrevista realizada ao professor, as formações realizadas são para sala de aula em geral, não trata de alunos especiais. Deste modo, acontece formações para educação inclusiva, mas somente para o auxiliar e o professor de AEE.

Acerca dos alunos especiais, consegui uma entrevista com duas mães de alunos, sendo os dois intelectuais e elas retratas muito a falta de inclusão, que eles não são aceitos por alguns professores como alunos como os demais, como se eles fossem exclusivos do assistente ou professor de AEE. Segundo uma mãe, para conseguir apoio educacional na sala, consegui após vários laudos e solicitação medica por um assistente para apoiar em sala e desenvolver melhor o aprendizado.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi estruturada com intuito de descobrir como ocorre o ensino na educação inclusiva na referência de ensino e as dificuldades que o professor e escola tem

para estabelecer essa inclusão, que é de supra importância identificar os problemas sobre a educação especial de uma referência de ensino, para que ocorra uma inclusão significativa.

Em conclusão, visto que a escola municipal da zona rural de Petrolina-PE ainda não trabalha uma inclusão mais relevante, sendo mais superficial pois só trabalha o tema na data de comemoração, como também a Secretaria de Educação não oferece especializações para os profissionais, somente para professor de AEE e auxiliar, desde então é necessário desde a direção ao profissional de apoio, e a princípio o professor de sala de aula regular. Pois é necessário a formação a professores para oferecer educação de qualidade e que tenha como adaptar as atividades quando necessário, contanto são eles que oferecem maior ensino a esses alunos.

Logo, conclui que é necessário também a implementação na escola a conscientização da inclusão de alunos especiais, com discursão das leis em vigor para aceitação dos alunos na sala regular com respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de setembro de 2011. Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Câmara dos Deputados: 56ª Legislatura-3ª Sessão Legislativa Ordinária. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015. Cap. IV: da Educação. Capítulo I: Disposições Gerais Presidência da República: Secretária-geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 3 out. 2021.